

Privatização do saneamento

Quem não se lembra da extraordinária história envolvendo o simpático ministro César Cals e sua proposta para a solução da crise do petróleo a partir de um mega-programa de apoio à geração de energia através da “biomassa”?

Consta que o Ministro da Fazenda, o saudoso e também simpático Mario Henrique Simonsen, presente à reunião na qual a proposta foi colocada, pensando na criação de mais uma empresa estatal e no seu objeto, teria indagado:

- Vossa Excelência, então, está propondo a criação da “Bostobrás”?

Consta que as gargalhadas que se seguiram destruíram a pretensão do Ministro Cals. O que não se comenta é que o Ministro Cals talvez tenha saído vitorioso, ao fim das contas, tendo em vista o conteúdo, recentemente divulgado, de um relatório do IBGE sobre o estado lamentável em que se encontra o saneamento básico no Brasil, em particular no tocante à percentagem de domicílios servidos por redes de esgoto.

Pior ainda é notar que muitas dos sistemas de esgoto existentes não envolvem nenhuma espécie de tratamento, ou seja, trata-se de derramar a “biomassa” diretamente nos rios, como bem sabem os conhecedores da Baía da Guanabara e das lagoas da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e os que passeiam pelas “marginais” do Tietê e do Pinheiros.

O saneamento básico no Brasil, assim como a “biomassa” encontrável nas localidades acima citadas, é estatal. Não é federal, como certos mosquitos e doenças: a “biomassa” que frequenta nossas praias, rios e lagoas é estadual e municipal. A César o que é de César.

Em função dos números do IBGE, os nossos presidencialistas foram questionados sobre suas ideias para o setor e em particular sobre a privatização. Todos se disseram contrários à privatização do saneamento, exceção feita ao candidato Serra, cujo pronunciamento foi tão cauteloso e evasivo que não ficou claro se ele é a favor. Presume-se que seja. Não obstante, o candidato governista prometeu que o governo federal vai gastar mais em saneamento através do FGTS (!?) e disse que privatizar é muito difícil.

Tem razão o candidato. Privatizar o saneamento é difícil, tanto quanto arrumar mais R\$ 3 bilhões anuais para o governo investir no setor, ainda mais do FGTS. Há uma maneira fácil e errada de arrumar o dinheiro, uma simples mudança de metodologia na aferição do déficit público, retirando o “investimento público” das despesas relevantes para o cálculo. A ideia já andou sendo testada meses atrás, com péssimos resultados. Truques contábeis são como ocultação de cadáver: o crime foi cometido e a ausência de sua expressão estatística não impede que as consequências da irresponsabilidade fiscal se façam sentir.

Privatizar é difícil porque as companhias de saneamento são municipais e estaduais, de modo que a iniciativa de privatizar cabe a estes entes da

Federação podendo a União apenas oferecer incentivos a quem resolver seguir este caminho. A Caixa Econômica Federal já vem desempenhando este papel, conhece o setor muito bem, e está plenamente aparelhada para fazer o que o BNDES fez para a privatização de tantas empresas e o que o Banco Central fez na privatização dos bancos estaduais e federais.

Privatizar é difícil, como era no caso da telefonia, pois sempre se pode invocar um argumento tolo e demagógico, o de que o serviço é “social” e que não deve ser conduzido segundo a ótica do lucro pois fatalmente irá desassistir às populações carentes. Alguns candidatos repetiram essa pérola na semana que passou.

Com efeito, o próprio exemplo da telefonia serve para desmentir essa linha de argumentação: uma agência reguladora fixa metas de universalização do serviço e fiscaliza as concessionárias. O modelo é conhecido, testado e bem sucedido. Por que não poderia ser aplicado ao saneamento?

O fato é que o tema é da maior urgência em razão da dimensão ambiental do problema e também, e principalmente, das consequências para a saúde pública de um serviço ruim como temos hoje por todo o Brasil. Nada disso, todavia, parece sensibilizar os candidatos.

De um lado, existem as objeções ideológicas, ou seja a ideia de que a “biomassa” é estatal, pertence ao Povo e não pode ser tratada como “mercadoria”.

De outro, há o pragmatismo político, ou seja, a percepção de que a permanência do saneamento das mãos de estados e municípios financeiramente debilitados e sem condições de fazer investimentos, é uma maneira de criar uma clientela política para a União. E de preservar um esquema de “poupança forçada” falido, como o FGTS, e continuar a usá-lo para apoiar o saneamento mas com viés político, como sempre foi o caso.

Ademais, os donos dos recursos do FGTS podem achar muito melhor que seu dinheiro seja usado na compra de ações da Vale e da Petrobrás do que em empréstimos subsidiados a prefeituras e estados que tem o péssimo hábito de não pagar.